

Notas para a História da Reforma Administrativa no Brasil

LUÍS CARLOS JÚNIOR

1.^a PARTE

Panorama geral anterior a 1930

Capítulo XXIV

Washington Luís

PARA a sucessão do Presidente Artur Bernardes não se verificou a clássica agitação política que caracterizava a segunda metade dos períodos presidenciais. O país parecia ter esgotado a sua capacidade de reagir. Depois do malôgro da revolução de São Paulo e das múltiplas manifestações de força do Governo central, o ambiente não parecia propício à agitação das grandes campanhas democráticas. Ninguém, por isso, se deixou embalar pela esperança de contrapor, com êxito, o seu nome àquele que merecesse as preferências do Catete. Sabia-se que a fórmula São Paulo-Minas, acordada entre Rodrigues Alves e Bueno Brandão e apenas interrompida pela inesperada eleição de Epitácio Pessoa, vigoraria em qualquer hipótese. Seria inútil qualquer tentativa para torcer o rumo de acontecimentos previamente delineados. Mais hábil e sobretudo mais proveitosa era a acomodação em torno do nome que o oficialismo consagrasse.

A escolha recaiu no Dr. Washington Luís Pereira de Sousa, cuja eleição, de antemão assegurada, se processou em calma e sem competidores.

A bem dizer, o Dr. Washington Luís fugia, *strictu sensu*, à fórmula acima referida, já que não era paulista nato e vira a luz em cidade do território fluminense. Sua formação e principalmente sua carreira pública pertenciam, entretanto, integralmente a São Paulo, onde se radicou e ao qual prestou os mais assinalados serviços. Como figura da política paulista era, sem dúvida, das mais representativas, o que lhe valeu, malgrado a origem fluminense, a indicação pelo P.R.P. e a escolha do Presidente Artur Bernardes.

Foi entre palmas que o Dr. Washington Luís Pereira de Sousa travessou as ruas da metrópole brasileira na tarde de 15 de novembro de 1926. Um jornal da oposição atribuiu o regosijo da cidade ao fato de estar “o povo desabitado de aplaudir”. Na realidade as manifestações então verificadas dirigiam-se menos ao homem que se iniciava no poder do que ao término de uma era tormentosa e atormentada. Nos aplausos que estrugiam e na alegria dos semblantes desanuviados sentia-se a esperança de melhores dias, o anseio por uma época de liberdade.

O Presidente Washington Luís parecia vir, de fato, disposto a dar ao povo a liberdade que tanto reclamava. O direito de crítica exerceu-se, desde logo, em toda a sua plenitude, nos jornais e nos teatros, onde aparecia caricaturada de todas as formas a figura de S. Excia. “Paulista de Macaé”, chamava-o a canção carnavalesca. “Braço Forte”, apelidavam-no aqueles que nele vislumbravam o homem irreduzível que não permite objeções à sua autoridade.

Dessa irreduzibilidade de caráter e de extrema centralização que procurou imprimir aos negócios públicos terão, quiçá, decorrido os dissabores que lhe atormentaram a segunda fase do governo, culminando com a sua deposição em 1930.

O traço característico de seu governo terá sido a extrema centralização. Para obtê-la, não devia o Presidente organizar um ministério de especialistas, já que era ele o supremo mentor e que todos os assuntos deveriam ser por ele resolvidos.

Trazia, como lema, a frase que se tornou famosa: — “Governar é abrir estradas”. Para a realização desse desiderato, escolheu para a pasta da Viação, em vez de um engenheiro, um bacharel em Direito — Sr. Vítor Konder. Em compensação, a pasta das Relações Exteriores coube ao Engenheiro Otávio Mangabeira.

A valorização do café era outro ponto fundamental do programa de Governo do Sr. Washington Luís. Não foi, entretanto, nenhum especialista em assuntos econômicos ou agrícolas o escolhido para a agricultura, que foi distribuída ao Sr. Geminiano de Lira Castro.

A oscilação do câmbio era cousa que escapava ao poder do Presidente. Era preciso submeter, também, o câmbio à centralização generalizada. O remédio era fixá-lo em determinada taxa. Foi escolhido para a tarefa, como Ministro da Fazenda, o Sr. Getúlio Vargas, que, como deputado, recusara, na Câmara, a presidência da Comissão de Finanças, alegando não entender do assunto.

Para a pasta da Guerra, foi o sr. Washington Luès buscar, num retiro do Realengo, o General, reformado, Nestor Sezefredo dos Passos. Para a da Justiça, escolheu o Sr. Viana de Castelo, *leader* da maioria do Governo Bernardes, mantendo, na da Marinha, o titular do mesmo Governo — Almirante Pinto da Luz.

Com a escolha desses ministros, parecia assegurada ação direta do Presidente em todos os setores administrativos. Restava-lhe, porém, administrar, também, diretamente, o Distrito Federal e, para tanto, a escolha recaiu em seu grande amigo Antônio Prado Júnior, cujas credenciais, além do nome ilustre que trazia, consistiram em considerável fortuna pessoal e no fato de haver sido Presidente do Club Atlético Paulistano, da capital bandeirante.

O modo por que são traçados os comentários sobre os nomes acima não traduz, em absoluto, qualquer desaprêço aos ilustres brasileiros aqui focalizados. O que visamos, salientando a impropriedade das escolhas para os cargos que lhes foram atribuídos, é fixar, de modo inequívoco, o

caráter autoritário e egocentrista do Presidente Washington Luís.

Nem seria possível negar que alguns desses brasileiros eminentes prestaram à Pátria, nos setores que lhes couberam, os mais assinalados serviços.

As magníficas rodovias Rio-São Paulo e Rio-Petrópolis aí estão para atestar as realizações do Sr. Vítor Konder. O Ministério do Exterior orgulha-se ainda hoje da gestão Mangabeira, na qual, entre outros grandes serviços prestados ao país, avulta a oficialização da língua portuguesa nos congressos internacionais.

Do Distrito Federal, nem se fale! Antônio Prado Júnior inscreveu-se no rol dos grandes prefeitos, dando à nossa cidade melhoramentos como a Praça Paris e os jardins da Glória, urbanizando os mais longínquos recantos, aonde levava, tôdas as manhãs, o conforto e o estímulo de sua presença. A Antônio Prado Júnior deve o funcionalismo municipal uma providência tomada pela primeira e única vez — emprestar o Prefeito à Prefeitura a importância necessária à regularização do pagamento do pessoal, que se encontrava em atraso de meses.

Ainda na primeira fase do Governo Washington Luís, teve o seu ministério de sofrer uma re-composição. Trata-se da substituição, na pasta da Fazenda, do Sr. Getúlio Vargas pelo Dr. Oliveira Botelho, por ter sido aquêlê escolhido para suceder, no Rio Grande do Sul, ao Sr. Borges de Medeiros.

Essa substituição não se reveste, apenas, de aspecto político-administrativo. Assume, com o tempo, caráter nacional. Da saída do Sr. Getúlio Vargas do ministério Washington Luís decorrerá tudo a quanto, nos últimos quinze anos, temos assistido no Brasil.